Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

MÍDIA

Correio tem novos presidente e vice

Guilherme Machado e Leonardo Moisés assumem o comando do jornal e renovam o compromisso de liderar um veículo moderno e de credibilidade. Joaquim Freitas é eleito cabecel dos Diários Associados

» ANA MARIA CAMPOS

Ed Alves/CB/DA.Press



Guilherme Machado, Joaquim Freitas e Leonardo Moisés: evolução do Correio Braziliense **é essencial para fortalecer os Diários Associados**

Em assembleia da S/A Correio Braziliense, realizada ontem na sede do jornal, Guilherme Augusto Machado foi eleito presidente e Leonardo Guilherme Lourenço Moisés, vice-presidente da empresa.

O cabecel dos Diários Associados, Joaquim Tarcísio de Paula Freitas, o condômino que representa os demais em interesses do grupo, participou da eleição do novo comando do **Correio Braziliense**.

Guilherme Machado afirma que tem início um novo tempo de união e de trabalho. "Nossa força é a tradição, a credibilidade e a competência de nossa equipe que se mostra cada dia mais comprometida. O digital se consolida e tem mostrado grande crescimento", ressalta o presidente.

O presidente aposta em parcerias e avanços tecnológicos. "Nesse novo desafio que recebemos, nossas diretrizes são agilidade, parcerias e avanços tecnológicos", diz.

O vice-presidente, Leonardo Moisés, diz estar ciente do desafio que terá pela frente no novo cargo. "Assumo a vice-presidência do **Correio Braziliense** consciente dos desafios que estão pela frente e com a certeza de que, com a ajuda de toda nossa empresa e colaboração, alcançaremos nossos objetivos. Agradeço a confiança dos meus companheiros do Condomínio Acionário", afirma.

Trajetória de 38 anos

Guilherme Machado tem 38 anos de trajetória nos Diários Associados, sempre em cargos estratégicos. Ele ingressou no grupo em 1985, no jornal *Estado de Minas*, quando exerceu os cargos de gerente de sistemas de informação e superintendente de tecnologia.

Em 1999, ocupou o cargo de diretor industrial e de tecnologia dos Diários Associados Minas. Em 2003, passou a acumular a função de também Diretor de Tecnologia da S/A **Correio** Braziliense.

Em 2007, tornou-se condômino dos Diários Associados.

Já em 2010, transferido para Pernambuco, assumiu a direção-geral dos Associados Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em 2017, de volta a Brasilia, foi eleito vice-presidente executivo da S/A **Correio Braziliense**, cargo que exercia até assumir a presidência este ano.

Condômino há 10 anos

Leonardo Moisés foi eleito condômino há 10 anos, em abril de 2013. Desde março de 2012, atuava como diretor financeiro do **Correio Braziliense**.

Na empresa, Leonardo iniciou a trajetória em outubro de 1998, como assessor econômico. Dois anos depois, assumiu a Gerência de Orçamentos e Custos.

Em seguida, foi promovido duas vezes. Em 2005, ocupou a Gerência de Planejamento Financeiro e, no ano seguinte, passou a ser titular da Superintendência de Planejamento Financeiro.

Transparência

O cabecel dos Diários Associados, Joaquim Tarcísio de Paula Freitas, fez votos de sucesso e sorte aos novos dirigentes do **Correio Braziliense**. "Desejo uma boa sorte aos novos companheiros que foram eleitos diretores estatutários do **Correio Braziliense** e posso dar o meu testemunho de que são pessoas competentes, de bom caráter e que atuam com transparência".

Joaquim está convencido de que Guilherme Machado e Leonardo Moisés saberão conduzir o **Correio** com competência nesse momento de mudanças. "Nós temos a certeza de que eles farão uma ótima gestão tanto interna quanto externamente, e peço que todos nossos colegas que trabalham no grupo, nossos colaboradores, possam estar unidos neste momento, momento de grande desafio e sempre desafios implicam em mudanças que teremos que implementar e cumprir nossas metas", exortou Joaquim Freitas.

Para o cabecel dos Diários Associados, o desempenho da gestão no **Correio** será benéfica para todo o grupo. "Acredito que os novos companheiros eleitos, o Guilherme, presidente, e o Leonardo, vice-presidente, irão fazer um bom trabalho junto ao público externo, junto aos órgãos públicos, aos empresários, que será benéfico para o **Correio Braziliense** e que vai repercutir e colaborar em todo o grupo nacionalmente. Desejo a eles toda a sorte do mundo e que continuem, como sempre foram, pessoas de bem", finalizou.

IMIGRAÇÃO

Portugal: permissão para ficar não dá acesso à UE

» VICENTE NUNES
Correspondente

O governo de Portugal lançou com certo estardalhaço, em 13 de março, um sistema no qual cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), incluindo o Brasil, podem obter, on-line, a esperada autorização de residência para trabalhar e morar em território luso. Desde então, pelo menos 100 mil brasileiros foram beneficiados, muitos deles aguardando a documentação por mais de dois anos para sair da ilegalidade que os impedia de acessar serviços públicos, abrir contas em bancos, conseguir contrato formal de trabalho e mesmo alugar um imóvel.

Aos poucos, porém, os beneficiários do modelo on-line de autorização de residência se deram conta da limitação do documento. Ainda que o visto tire o peso da ilegalidade dos ombros dos beneficiários, ele tem claras limitações — como, por exemplo, a de não permitir trânsito livre pelos países que integram o Espaço Schengen, da União Europeia (UE).

Muitos cidadãos que receberam a autorização de residência entraram em Portugal como turistas. Por lei, poderiam permanecer no país por até 90 dias, prazo com possibilidade de ser estendido por mais 90 se avalizado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). O problema é que praticamente todos os que receberam o novo documento estouraram esses limites, transgredindo a legislação.

Risco

Como o governo de Portugal dificilmente extradita que não tem documentos — a não ser que cometam delitos graves —, essas pessoas viveram esse tempo todo esperando por uma resposta às manifestações de interesse em continuar no país. Mas sabiam que, se saíssem do território luso, dificilmente conseguiriam retornar. Por isso, muitos se sujeitaram a esperar que, um dia, o governo português os regularizasse.

> **Em vez de entregar os cartões (de autorização de residência), criou um documento que está fora dos padrões Schengen"**
>
> ***Fábio Pimentel,***
> *advogado especialista em imigração*

É nesse ponto que se escancara a limitação da nova autorização de residência. Mesmo tendo um documento formal do governo de Portugal, aqueles que se arriscarem a circular pela Europa podem, na melhor das hipóteses, ficar até 90 dias (ou até 180, com autorização especial) no país visitado, ou, na pior situação, ser considerados ilegais, pois não cumpriram as regras de entrada como turistas em território português, e, por consequência, serem proibidos de voltar para casa. O risco de deportação para os países de origem, como o Brasil, é grande.

Esse alerta está em comunicado divulgado, recentemente, pelo Alto Comissariado para as Migrações. No documento, o órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) ressalta que "o titular de uma Autorização de Residência para Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AR-CPLP) não tem direito de circular livremente pelos países pertencentes ao Espaço Schengen.

Acordo derrubou barreiras

O Acordo de Schengen é o tratado que levou à criação do Espaço Schengen, pelo qual os controles nas fronteiras internas foram abolidos e passaram a ser feitos nas fronteiras externas. Foi assinado em 14 de junho de 1985, na comuna de Schengen, em Luxemburgo, por cinco dos 10 estados-membros da então Comunidade Econômica Europeia (CEE). Atualmente 27 países estão incluídos no Espaço.

Documento fora do padrão

O advogado Fábio Pimentel alerta que a autorização de residência emitida pelo governo de Portugal vale apenas para o país e para o grupo de nações que integram a CPLP. Isso porque, segundo ele, o país europeu deu uma solução diferente para os imigrantes CPLP "em detrimento do que deveria fazer, que é emitir um cartão de plástico, nos moldes aprovados pela Comissão Europeia".

"Em vez de entregar os cartões, criou um documento que está fora dos padrões Schengen", explica Pimentel. Isso significa que os cidadãos com autorização de residência precisam usar passaporte para viajar pela Europa, correndo os riscos inerentes de terem burlado as regras.

Para corrigir essa e outras distorções da nova autorização de residência — há empregadores portugueses que não a reconhecem —, Pimentel acredita que Portugal deveria emitir títulos de residência nos padrões definidos pela UE, em vez de criar "uma categorização nefasta entre cidadãos imigrantes". **(VN)**

VIOLÊNCIA

Arma de fogo aumenta dano nos ataques contra escolas

» TAINÁ ANDRADE

O aumento da letalidade nos ataques a escolas, entre 2019 e 2022, teve relação direta com a utilização de armas de fogo. A constatação é de estudo realizado pelo Instituto Sou da Paz, divulgado ontem. Segundo o levantamento, em casos com disparo de tiro a proporção é de três vítimas fatais, em média, em cinco atacados, ao passo em que quando são usadas armas brancas é de uma morte para três feridos.

"O estudo ajuda a derrubar o mito de que tanto faz a arma escolhida para perpetrar o ataque. Há muito mais ataques com facas e outras armas sem vítimas fatais. A arma de fogo potencializa a gravidade dos ferimentos e, portanto, aumenta mortes e dificulta a reação. Nos casos de facas e outros objetos, como bestas, alunos e professores têm mais facilidade para imobilizar o agressor e interromper o ataque antes mesmo da chegada da polícia", explica Bruno Langeani, gerente de projetos do Sou da Paz.

Dos 24 casos de ataques a escolas que ocorreram em três anos, o levantamento mostra que 11 deles tiveram maior letalidade por causa do uso de arma de fogo para praticá-lo. O período abrange o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que promoveu, por meio de diversos decretos, a flexibilização da compra e do registro de armas.

A pesquisa conclui, ainda, onde os autores das agressões — exclusivamente do sexo masculino e em média com 16 anos de idade — encontraram as armas usadas para cometer o crime. Em três casos, eles buscaram o artefato fora de casa, mas não conseguiram. Mas, em 60% dos ataques, as armas foram encontradas no próprio lar do criminoso — pertenciam ao pai, à mãe ou a outro parente.

Culto ao ódio

Além da valorização da cultura armamentista, o estudo aponta outros fatores para as agressões — como o impacto do isolamento social durante a pandemia, que comprometeu a convivência dos jovens com outros de sua idade; e o aumento dos discursos de ódio e de radicalização na política.

A maioria dos ataques apontados no estudo ocorreu em abril deste ano, quando boatos varreram as redes sociais anunciando que haveria uma série de ataques a escolas — mesmo mês em que aconteceram os massacres de Columbine, nos Estados Unidos, e do Realengo, no Rio de Janeiro. Especialistas relacionam tais ameaças a grupos de extrema direita com a tentativa de repetição dos atos, contra os quais o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou uma intensa campanha e cobrou das administradoras das plataformas controle dos discursos de ódio.

"Há uma clara negligência, em termos de monitoramento de conteúdo, pelas redes sociais, aprofundada por um regulamento brasileiro desatualizado, que falha em responsabilizar as plataformas. Existe um problema ainda de criação de estrutura e capacitação de investigadores para fazer apurações na internet, algo que é totalmente diferente do que a maioria desses profissionais aprendeu na capacitação. Não podemos baixar a guarda só porque os casos felizmente baixaram", alerta Langeani.